

UnB do futuro no presente

» MÁRCIA ABRAHÃO
Reitora da UnB

É com grande felicidade que celebramos os 61 anos da Universidade de Brasília (UnB). Fundada em 21 de abril de 1962, a UnB, criada para pensar o Brasil como problema, tem sido um importante centro de excelência acadêmica e de resistência democrática no Brasil. Mas as comemorações de aniversários vão além da UnB. Brasília, nossa amada capital, completa 63 anos de existência. Essa data reforça a relação estreita entre a nossa universidade e a cidade que a abriga.

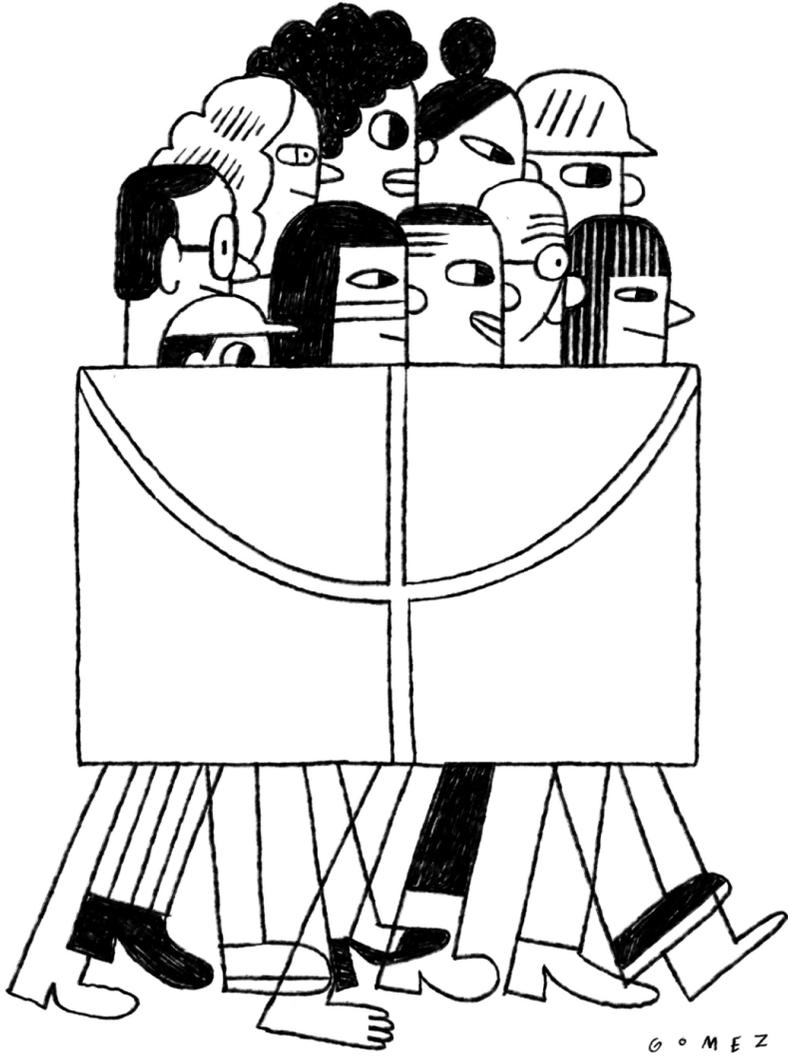
A UnB sempre se preocupou em manter uma relação de irmãs com Brasília e com a população do Distrito Federal. Esse vínculo é fundamental para a universidade, pois ela tem a responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento da região e do país.

Nesses mais de 60 anos, a UnB tem sido um espaço de produção de conhecimento, inclusão social, formação de lideranças e engajamento com a sociedade. Desde a sua criação, a UnB formou mais de 170 mil profissionais altamente qualificados em todas as áreas do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento do país e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Com uma trajetória marcada por momentos desafiadores, como no período da ditadura militar, a UnB nunca deixou de lado sua missão de contribuir para a construção de um país melhor. Além do compromisso com o avanço do conhecimento científico, a UnB tem assumido um papel fundamental na promoção dos direitos humanos e na preservação do meio ambiente. A universidade vem incentivando o debate sobre questões sociais, éticas e ambientais, tanto no ambiente acadêmico quanto na sociedade em geral.

Fomos a primeira universidade federal brasileira a adotar o sistema de cotas para estudantes negros e indígenas, em 2004. Aprovamos, em 2020, cotas para a pós-graduação. Iniciamos agora a discussão sobre ampliação de cotas nos concursos públicos de docentes. Todas essas ações têm contribuído para a democratização do acesso ao ensino superior no país e para a promoção da inclusão social. Estivemos engajados em debates e mobilizações importantes na sociedade, como o movimento estudantil de 1968, a luta pelos direitos dos povos indígenas e das populações quilombolas.

Recentemente, a UnB aprovou a Política do Envelhecer Saudável, Participativo e Cidadão em 2023 na Câmara de Direitos Humanos. O Conselho de



Administração (CAD) também aprovou a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral, Sexual, Discriminações e Outras Violências e a Política de Assistência Estudantil. Estamos avançando no fortalecimento dos direitos humanos.

Em tempos de desafios, a UnB é uma voz ativa na defesa da ciência, da tecnologia e da educação pública e gratuita no país. Sabemos que o conhecimento é um instrumento poderoso de transformação e que a ciência é essencial para encontrar soluções em um mundo em constante mudança.

Essa postura engajada da UnB tem origem na visão de seus fundadores, Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que tinham como objetivo criar uma universidade comprometida com o desenvolvimento social e cultural do país. Essa visão é mantida ao longo dos anos, mesmo diante das dificuldades, e é uma inspiração para todos nós que fazemos parte da comunidade acadêmica da UnB.

Para Darcy e Anísio, a Universidade de Brasília veio para ser uma instituição que valorizasse a interdisciplinaridade, a criatividade e a autonomia dos

estudantes. Sempre comprometida com a transformação social e cultural do país. Nossa universidade é uma das principais instituições de ensino superior do Brasil e da América Latina e tem uma posição de destaque na produção de conhecimento em diversas áreas, como ciências sociais, ciências exatas e da terra, ciências da saúde, ciências agrárias e ciências humanas. A UnB tem compromisso para formação de cidadãos críticos e conscientes, capazes de atuar como agentes de transformação na sociedade. Estamos no topo do reconhecimento da excelência do ensino, pesquisa e da extensão que praticamos. Nossos pesquisadores e a nossa instituição têm sido premiados por diferentes organismos nacionais e internacionais. Nossa pós-graduação deu um salto de qualidade no último quadriênio, conforme avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Recebemos a nota máxima – 5 – do Índice Geral de Cursos, na avaliação recém-divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Na pandemia, nos reinventamos. Além de manter as atividades acadêmicas, dando condições para a participação de todos os nossos quase 50 mil estudantes, tivemos atuação na linha de frente no Hospital Universitário (HUB) e por meio dos mais de 200 projetos de pesquisa e extensão dos nossos docentes, técnicos e estudantes.

É importante destacar que, nos últimos anos, a UnB enfrentou sucessivos cortes orçamentários e ataques por parte do governo federal. Como exemplo, pela primeira vez na história, a UnB não recebeu um centavo do governo federal para investimento em 2021.

Diante desse cenário, a UnB adotou estratégias para continuar avançando em seus objetivos acadêmicos. Otimizamos recursos, com maior eficiência na gestão dos projetos e investindo em inclusão dos estudantes mais necessitados, tecnologia e inovação.

Queremos aproveitar esses novos ares que simbolizam um momento histórico do país. E fazer a vontade dos nossos fundadores, refletida em nossa campanha institucional Futuro é Agora. A Universidade nasceu praticamente junto com a capital federal e é parte de sua história e de sua identidade. Nossa missão é continuar a contribuir para o desenvolvimento da cidade e do país, sem abrir mão da excelência acadêmica e do compromisso social.

A cidade prometida

» LEANDRO GRASS
Sociólogo, professor, mestre em desenvolvimento sustentável e gestor cultural, é presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)

No dia 21 de abril, Brasília completou 63 anos. Em meio a amor, contestação e sonho, a capital política e administrativa do país foi deslocada do Sudeste para o Centro-Oeste com a promessa de induzir o desenvolvimento para o interior do país. Mais do que isso, Brasília também nascia da intenção de criar uma cidade inovadora, referência para o mundo, capaz de proporcionar os ganhos de um ciclo de direito e cidadania que o Brasil e o mundo esperavam após tantas barbáries vividas. Para além de uma arquitetura e um planejamento inusitados, projetava-se aqui um novo Brasil de oportunidades e justiça social.

Porém, na prática, a gênese da cidade e as relações sociais estabelecidas em seu processo de construção demonstraram contradições. A exploração desumana da mão de obra, o alojamento de trabalhadores em condições precárias, a erradicação dos chamados “invasores” para áreas sem qualquer infraestrutura e a exclusão do acesso aos principais bens por eles erguidos frustraram boa parte da expectativa de uma capital para todos os brasileiros.

A chaga da marginalização social e geográfica não foi desfeita e permanece como marca do modelo de crescimento e desenvolvimento de Brasília: urbanamente desordenada, politicamente populista, socialmente excludente e ambientalmente predatório. Porém, preciso ressaltar que essa não foi uma lógica totalitária, mas majoritária. Reconhecer as exclusões dessas mais de seis décadas de história não significa esquecer e negar o que houve de inclusivo e inspirador na nossa trajetória.

Pois, para implementar e consolidar um novo plano de metas para transformar a capital brasileira em referência de políticas públicas, cidadania e dignidade humana, precisamos olhar para nós mesmos, livrando-nos dos mitos de uma cidade fria, funcional, isoladora e injustamente estigmatizada como o lugar das maracutaías protagonizados por pessoas que em grande parte nem são daqui. A cidade que queremos passa pela multiplicação daquilo nasceu de bom através da luta e da dedicação de candangos e brasilienses que, ao invés de indiferença e ódio, plantaram esperança no nosso chão.

Nossa safra de boas práticas, experiências e avanços não é pequena. Impossível não reconhecer a organização comunitária séria e comprometida que acontece nos diversos cantos do nosso quadrilátero, as experiências de sustentabilidade urbana e rural que viraram referência para o país, nossos empreendimentos potentes e inclusivos, as inovações das nossas instituições de ensino, a força cultural dos artistas brasilienses, a culinária brasileira ofertada em milhares de estabelecimentos e feiras da cidade, a ocupação criativa que foi implementada em diversos espaços públicos, a solidariedade de incontáveis instituições e organizações da sociedade civil que atendem os vulneráveis, o engajamento das lideranças religiosas sérias na promoção da paz social, a luta política que nos permitiu avanços legislativos e sociais, e tantas outras coisas.

É claro que há motivos para indignação, como o transporte precário, a gestão desumanizadora da saúde, os teatros fechados e a desvalorização dos profissionais da educação. Porém é preciso olhar para o futuro com sede de mudança, pois reforçar problemas não gera soluções.

Defendo um grande pacto por Brasília. Não entre aqueles que, mesmo sendo de uma nova geração, integram o núcleo predatório e oportunista que só quer se perpetuar no poder. Mas entre os que realmente acreditam e estão dispostos a colocar a mão na massa para fazer as coisas acontecerem. Brasília precisa de gente corajosa, que gosta de dialogar e construir. Precisa de ousadia para romper as velhas práticas sociais e políticas que fazem esta cidade ser para poucos. Que peite os cartões e os esquemas só para os amigos. Que abra as caixas pretas, que pense Brasília por inteira e não apenas a área tombada. Que faça do patrimônio da humanidade uma ferramenta de humanização a partir da integração. Que realize a cidade prometida.

Tudo o que deseja o bolsonarismo

» MARINA BASSO LACERDA

Doutora em ciência política, pesquisadora do Cenedic/USP, é chefe de gabinete do ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania

A crescente falta de solidariedade que resulta de políticas econômicas concentradoras de renda e excludentes é preenchida por valores conservadores, defesa da família tradicional e idealismo punitivo. Tal mecanismo de compensação — identificado em diferentes lugares do mundo desde o desmonte das estruturas de bem-estar do pós-Segunda Guerra — somado, entre outros fatores, à reação contra o avanço de pautas feministas e LGBTQIA+, engrossou um movimento que, ao fim e ao cabo, levou à eleição de Jair Bolsonaro à Presidência em 2018.

Esse é, em síntese, o argumento do livro O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro (Zouk), que lancei em 2019 — amparado em ideias de autores que vieram antes de mim e confirmado por pesquisas posteriores. Resgato esse episódio porque, de pronto, naquele ano, recebi o questionamento: então o PT, em seus governos, não deveria ter adotado políticas nessas áreas?

A sugestão embutida na pergunta foi reiterada em um artigo recente de Thaís Oyama. Comentando a criação de grupo de trabalho que vai tratar de inserir o nome social de pessoas trans no documento de identidade, ela afirma que isso “é tudo o que deseja o bolsonarismo” porque a chamada pauta de costumes seria “um ativo da direita e um fardo para a esquerda”.

A fundo, o argumento da jornalista implica concluir que, ou se enfrenta o debate desses temas e assim, indiretamente, a direita se fortalece, ou se deve permitir que o campo conservador leve adiante livremente suas agendas, sem contraponto. Significa, portanto, dizer que o conservadorismo é um caminho inexorável, qualquer alternativa que se adote.

É claro que todas as políticas públicas devem passar por diálogos e mediações em sua elaboração. Mas desenvolver ações para efetivar a cidadania de todas as pessoas é um imperativo jurídico e ético. Qual seria o sentido de disputar e ganhar uma eleição se não é possível trabalhar por uma agenda assim elementar?

A tríade ortodoxia econômica, moralismo conservador e punitivismo foi expressa didaticamente nas figuras de Paulo Guedes, Damares Alves e Sérgio Moro. Bolsonaro encarnava todas elas simultaneamente. O conservadorismo moral e o belicismo operam nas fissuras deixadas pelo neoliberalismo, tanto mais amplas quanto mais as décadas desse modelo deixam escombros, ruínas, feridas.

A ideia de guerra cultural, que combate o “globalismo cultural marxista” — termos difundidos no Brasil por Olavo de Carvalho — sintetiza a questão porque reúne os elementos que a direita pretende combater: o iluminismo e suas derivações e as propostas

igualitaristas, estereotipadas desde as redes digitais para o imaginário popular como ameaçadoras.

Mas, se é assim, não se enfrenta o bolsonarismo adotando uma política de direita. Ao contrário. É preciso ampliar as medidas distributivas, de igualdade social que ofereçam perspectivas sólidas aos cidadãos — incluindo as de educação e as de emprego — para além de retóricas autoritárias ou esperanças místicas.

Os valores conservadores devem ter espaço na sociedade, mas na esfera privada: não podem ser impostos como políticas públicas. O Estado deve garantir a coexistência de estilos de vida.

A preocupação com a família reside justamente na ideia desse organismo como fonte de provimento geral das necessidades num mundo de insegurança. Quem vai se responsabilizar pelas crianças e pelos idosos? E por isso o governo Lula acertou ao vincular as políticas de família à pasta de desenvolvimento e assistência social, e ao criar uma ampla política de cuidados. E acerta também em escolher como uma das principais batalhas a redução da taxa geral de juros.

Tudo o que deseja o bolsonarismo é que o governo Lula não consiga efetivar a melhoria das condições socioeconômicas. Esse é o verdadeiro substrato último dos pânico morais que assombram nossa democracia há anos.